“Uma Esquerda Verde para construir o Futuro”

Moção de Estratégia Geral apresentada ao VI Congresso do LIVRE

Proponentes:

Ana Raposo Marques, Aurora Cerqueira, Carlos Teixeira, Eduardo Viana, Florbela Carmo, Isabel Mendes Lopes, Joacine Katar Moreira, Jorge Pinto, José Manuel Azevedo, Marta Loja Neves, Patrícia Gonçalves, Paulo Velez Muacho, Pedro Mendonça, Pedro Nunes Rodrigues, Safaa Dib, André Góis, Marta Costa, Rodrigo Brito, Rosa Barreto, Tomás Cardoso Pereira

Um partido, um espaço político

O LIVRE é, em Portugal, o partido da esquerda verde, libertária e europeísta. É este o espaço político do “meio da esquerda” que pretendemos ocupar desde a nossa fundação e pelo qual trabalharemos nos próximos dois anos.

Portugal está numa encruzilhada. Uma década depois da queda do Lehman Brothers, da crise financeira, da crise das dívidas soberanas e dos anos de ferro da *troika*, Portugal vive hoje dias de recuperação económica.

A chamada “geringonça”, o acordo parlamentar entre toda a esquerda que sustenta o Governo de António Costa, é uma solução política que já defendíamos ainda antes de se imaginar a sua materialização. Nos dois últimos anos o país tem seguido um importante caminho de reposição dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias. Mas este importante virar de página não significa que esta governação esteja isenta de críticas.

Os serviços públicos essenciais como a escola pública e o Serviço Nacional de Saúde continuam subfinanciados e com urgentes necessidades de meios humanos e materiais. Outros, como alguns

hospitais ou o serviço de correios, foram entregues à gestão privada com resultados totalmente desastrosos para a qualidade do serviço e para os cidadãos que servem.

Também na ciência, as promessas de contratação de investigadores que subsistem precariamente com bolsas de pós-doutoramento após anos de atividade científica reconhecida não se concretizaram ainda. A conjugação de um processo de regulamentação que durou mais de dois anos com a não abertura de concursos para lugares de investigação, deixou muitos destes investigadores suspensos de uma decisão adiada e muitos outros fora do sistema científico. Esperamos que 2018 abra um novo capítulo nesta área e estaremos vigilantes.

Apesar de alguns avanços conseguidos para os trabalhadores a recibos verdes, como o Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, o número de trabalhadores precários continua demasiado elevado, com condições de trabalho abrangidas por um contexto regulatório pouco adaptado às novas profissões e às novas formas de funcionamento do mercado.

A sustentabilidade ambiental continua a não estar no centro de todas as decisões, quando deveria ser um critério fundamental de orientação da decisão política. E, por último, tem havido pouca discussão sobre a estratégia do país para os próximos anos e décadas - quando é agora a altura em que essa discussão não pode deixar de ser feita, especialmente tendo em conta as fragilidades estruturais do país que ficaram evidentes durante a crise de 2011-2014 e que não podem ser esquecidas numa fase de alguma recuperação económica, mas em que “austeridade” ainda se faz sentir.

Uma estratégia para o país tem obrigatoriamente de ter em conta a realidade global que enfrentamos e em que se perspetivam alterações profundas na sociedade em campos tão diversos como a tecnologia, o trabalho, o ambiente e as alterações climáticas. É essencial continuar a procurar a convergência através de pontos comuns no plano dos valores e dos princípios e, com essa base, definir uma estratégia para o país e o caminho a seguir.

Em 2019, o país e a Europa farão importantes escolhas. Em cima da mesa estarão vários cenários e diferentes caminhos. O LIVRE apresentar-se-á a sufrágio com um projeto político claro e diferenciador. A 500 dias dessas eleições, é este o momento para começar a preparar o caminho.

Um partido de hoje para o amanhã

O LIVRE é um partido que constrói hoje o amanhã. Recusamos o imediatismo mediático do debate público, que se concentra quase sempre em pequenas questões pontuais e não reflete estrategicamente sobre o país, a Europa e o mundo. Queremos ser o partido com uma visão para, nos próximos 10, 20 ou 50 anos, tornar a sociedade mais fraterna e igualitária. Este é um trabalho que deve começar já hoje.

Pretendemos fazê-lo pensando os nossos quatro pilares de ação de forma inovadora e diferenciadora.

Ecologia

O LIVRE fez da Ecologia um dos seus pilares, colocando no centro da sua ação política as questões de um desenvolvimento social e económico compatível com os limites naturais. Vivemos neste momento uma situação inédita em toda a história da Terra: uma espécie (a nossa) tem a capacidade de alterar de tal forma o equilíbrio planetário que está a causar uma vaga de extinções só comparável às piores conhecidas no registo fóssil e a colocar em causa a sua própria sobrevivência. Ao mesmo tempo, porém, temos o conhecimento científico e a capacidade para alterar esta situação, o que nos dá as ferramentas e o ânimo para nos juntarmos à luta política que se desenrola neste momento entre a visão daqueles que pretendem manter este estado de coisas e a da grande maioria que sofre as respetivas consequências.

Sabemos que o modelo económico dominante é o responsável pela degradação ecológica, baseado como está na exploração implacável de recursos naturais e humanos para alimentar a voragem do crescimento económico. Sabemos também que a manutenção deste modelo requer uma concentração de poder sem paralelo histórico, concentração essa assegurada por múltiplas formas: pela força das armas, em cada vez mais regiões do globo, ou pelo medo de perda de privilégios nas zonas ditas mais desenvolvidas. E sabemos, finalmente, que há uma ferramenta que pode travar esta corrida para o abismo ecológico e civilizacional: a democracia. Dar a palavra às pessoas, ao nível do bairro, da cidade, das regiões e (porque não?) a nível global é a única esperança que nos resta, e é aí que devemos focar os nossos esforços.

Esquerda

A posição do LIVRE como um partido de esquerda confere-lhe legitimidade para defender o aprofundamento da democracia como barreira à degradação das condições de vida de um número crescente de pessoas. Ser de esquerda é adotar os valores de comunidade e de cooperação, defendendo por isso os princípios da igualdade entre todas as pessoas e, em consequência, da necessária justiça social.

Num mundo em que cada vez mais pessoas se veem na obrigação de fugir das suas casas, seja por conflitos, seja por questões climáticas ou de falta de condições, é necessário assegurar respostas dignas. A crise mundial dos refugiados exige de Portugal, da Europa e de todo o planeta um esforço internacional na busca de soluções rápidas e eficazes para assegurar uma vida com qualidade e dignidade a todos. Os direitos humanos, incluindo refugiados, e a eliminação das discriminações de minorias, com menos capacidade de intervenção pública, merecerão sempre a nossa atenção reforçada.

Assegurar a justiça social é também garantir que todos os cidadãos têm igual acesso à educação e à proteção da saúde, entre outros direitos.

Garantir igual acesso à educação é sobretudo garantir que o desenho curricular tem a flexibilidade necessária para diversificar as respostas às diferentes realidades do país e para assegurar a preparação para um futuro diferente do que hoje conhecemos. Para isso, é fulcral que se invista em três grandes áreas: na proposta curricular nacional, na formação dos docentes e na regionalização das ações educativas. Estas três linhas são interdependentes, influenciam-se mutuamente, pelo que é necessária simultaneidade nas atuações. O desenho curricular em vigor, aparentemente inclusivo, deixa na margem muitos cidadãos, ainda classifica de acordo com perfis de excelência indivisíveis, o que é tanto mais grave quando as práticas de ensino tendem a privilegiar um modelo único de ação. Por isso entendemos que haverá necessidade de reforçar todas as medidas que fomentem a adequação curricular a cada espaço sociogeográfico, reforçando as identidades regionais mas valorizando sempre a diversidade cultural e a universalidade do saber e do entendimento humanos.

Em Portugal, o Serviço Nacional de Saúde (SNS) revolucionou, a partir de 1979, a forma como passaram a ser prestados os cuidados de saúde. A sua criação trouxe uma melhoria inegável da qualidade de vida e da esperança média de vida dos portugueses, bem como a diminuição da taxa de mortalidade infantil que justificaram largamente, nas últimas quatro décadas, o aumento da despesa do estado com a saúde. No entanto, ao longo dos anos, a Lei de Bases da Saúde sofreu alterações e o “Serviço Nacional de Saúde” deu lugar ao atual “Sistema Nacional de Saúde”, que passou a integrar serviços públicos e privados, em complementaridade mas também em concorrência pouco regulada. Nos anos da crise, com as políticas de contenção de custos impostas pela *troika* e pelo governo PSD-CDS, houve uma deterioração progressiva dos serviços públicos e a entrega de parte da prestação de cuidados a privados, com aumento dos custos – suportados em parte pelo SNS e também pelos utentes e por vezes sem garantir a qualidade dos cuidados prestados. O atual governo, apesar do apoio dos partidos que formam a “geringonça”, não tem sido capaz de reverter o desinvestimento na saúde, nem de promover alterações que tenham consequências positivas e persistentes nas condições de trabalho dos seus profissionais ou na qualidade de cuidados prestados aos seus utentes.

Mas a nossa posição não é apenas a luta por estes direitos básicos. Acreditamos que é essencial um modelo de economia misto onde convivam a intervenção ativa do estado, a iniciativa privada e, sobretudo, o cooperativismo e a colaboração.

Liberdade

Entendemos a liberdade como um direito humano inalienável: liberdade de pensamento e de ação de cada ser humano e de todos os seres humanos, qualquer que seja o seu local de nascimento, a sua idade, a sua etnia, a sua religião, a sua orientação sexual ou a sua identidade de género.

No século XXI, a Liberdade deve também conquistar novas fronteiras, nomeadamente as digitais.

A Liberdade deve garantir a privacidade dos cidadãos. Após os atentados de 11 de setembro de 2001 e de vários atentados terroristas na Europa, os Estados têm criado sistemas de vigilância em massa. Estes sistemas, mais do que investigar suspeitos, vigiam populações inteiras, violando assim o seu direito à liberdade de intromissão do Estado e à privacidade. Também a criação, seja pelos Estados seja por empresas privadas, de bases de dados que compilem grandes quantidades de informação dos

cidadãos, dos seus hábitos de consumo, das suas rotinas e das suas preferências, devem ser restringidas e proibida a recolha de tais dados sem o conhecimento e consentimento dos titulares de tais direitos.

A Liberdade de expressão deve também garantir um igual acesso à informação para todos. Em especial através da internet, atualmente um meio privilegiado e horizontal de acesso a informação. As grandes empresas tecnológicas como a Google, Facebook, Twitter, etc., deverão estar sujeitas aos deveres de quaisquer outros meios de informação. O combate às chamadas “*fake news*”, notícias falsas e fabricadas divulgadas através da internet, deve ser uma prioridade dos Estados democráticos, com respeito pela liberdade de expressão e pluralidade de opiniões.

Também a neutralidade da internet deve ser defendida na Europa e em Portugal como uma forma de pôr cobro às tentativas de corporações privadas de monopolizar o tráfego *online*.

Devem ser dados passos no sentido de uma maior liberdade da partilha cultural de obras, promovendo a liberalização do uso/citação e remistura sem fins lucrativos de obras culturais e a despenalização da partilha sem fins lucrativos. Nos casos de partilha com fins lucrativos destas obras deve ser mantido um sistema de compensação dos Autores.

Os direitos de autor devem ser reformados, diminuindo o prazo de 70 anos após a morte do autor para que as obras integrem o domínio público. Pode desde já trabalhar-se no sentido de diminuir esse prazo para os 50 anos, conforme obrigam os tratados internacionais sobre a matéria, trabalhando internacionalmente para rever estes prazos para passagem ao domínio público, passando a contar-se o prazo a partir da data de emissão da obra e não da morte do seu autor. Durante a vigência destes direitos devem existir dois períodos, um de exclusividade dos direitos atribuídos ao autor e um outro em que a obra pode ser utilizada mediante uma compensação.

O sistema de patentes deve ser reformulado, por forma a cumprir melhor nos dias de hoje o seu propósito inicial. Os custos com o registo de patentes devem ser reduzidos, evitando beneficiar apenas as grandes empresas. Por outro lado, a tecnologia patenteada deve ser posta em prática, produzida ou aplicada, sob pena de caducidade da patente, por forma a evitar que tecnologias mais eficientes, mas concorrentes das atuais, sejam “postas na prateleira”.

Defendemos também uma filosofia de “*open content*”, seja nas publicações científicas, na disponibilização de dados ou na adoção pelas entidades públicas de programas informáticos de licença e código aberto.

Por fim, liberdade é também liberdade de acesso à informação pública e transparência. Neste sentido, as instituições públicas devem pôr em prática políticas de transparência, de clareza e de acesso à informação sobre as tomadas de decisão e fundamentação das mesmas.

Europa

No mundo multipolar em que Donald Trump é presidente da maior potência nuclear do planeta, em que o déspota Vladimir Putin promove a partir da Rússia a ocupação de parte da Ucrânia e lhe é dada rédea solta na Síria, em que a China, com todas as contradições de um gigante com dois sistemas e com um lastro pesado em termos de Direitos Humanos, se afirma a campeã internacional do comércio livre, a Europa, com todas as suas contradições e limitações parece ter dado saltos de gigante nos últimos anos.

No entanto, tal só reforça a nossa convicção na necessidade de aprofundar a integração europeia, dotando a União de maior democracia interna e de melhores mecanismos de responsabilização dos eleitos e dos decisores.

O modelo atual, em que os Governos decidem a maior parte da legislação no Conselho Europeu ou no Conselho da União Europeia, neste último através de diplomatas não eleitos, permite que a “Europa” seja sistematicamente o “bode expiatório” de decisões impopulares. Os cidadãos europeus merecem a nível europeu uma democracia com tanta qualidade como a que exigem a nível nacional ou local. O LIVRE deve ser o partido que lhes oferece, em Portugal, essa possibilidade.

A União Europeia é um projeto civilizacional que deve estar ao serviço do bem-estar dos europeus e da humanidade. Entre os “euroconformistas”, que acriticamente aceitam a liderança alemã ou francesa e os “antieuropeístas” que recusam qualquer proposta ou decisão apenas porque vem “de Bruxelas”, o LIVRE continuará a optar por um outro caminho, crítico e construtivo, combativo e audaz. Acreditamos no projeto europeu e, como tal, contribuiremos sempre para o seu progressivo melhoramento.

Desafios internos e externos em 2018 e 2019

Sendo a lista que a propõe alicerçada no Grupo de Contacto em funções em 2016 e 2017, esta moção não pode deixar de refletir o processo de aprendizagem dos últimos dois anos. Na moção SER LIVRE apresentada ao Congresso de dezembro de 2015 afirmamos o seguinte:

“Os próximos anos serão certamente difíceis para o LIVRE. A presença do LIVRE nos meios de comunicação social será provavelmente reduzida e a não existência de eleições de âmbito nacional num futuro próximo poderá desmotivar os Membros e Apoiantes. Sendo um potencial problema, este facto deve também ser encarado como uma oportunidade para nos focarmos na consolidação do partido.”

Hoje, em 2018, confirmamos a previsão: a presença do LIVRE no espaço mediático foi muito ocasional, com consequências na nossa capacidade de dar a conhecer o LIVRE a um âmbito mais alargado de cidadãos. No entanto, as dificuldades que sentimos e os sucessos que tivemos na comunicação da mensagem política do LIVRE permitem-nos hoje perceber melhor que estratégias de comunicação devemos adotar, com que temas somos identificados e sobre que assuntos somos consultados. Temos hoje também uma visão mais clara dos desafios que se nos apresentam do ponto de vista da organização interna e da comunicação para o exterior.

Comunicação e Envolvimento

A ação do LIVRE, tendo como pano de fundo a preparação das eleições de 2019, deverá ter como objetivo, antes de mais, o aumento da eficácia da comunicação e alcance da mensagem do LIVRE e a preparação dos seus membros e apoiantes para o exercício de funções representativas e para o apoio aos eleitos locais do LIVRE.

Neste sentido, existem vários procedimentos que deverão ser trabalhados e melhorados por forma a permitir uma maior participação dos membros e uma melhor divulgação da nossa mensagem.

Apresentar e divulgar propostas e políticas concretas que representem os nossos valores

Para que a divulgação e promoção do LIVRE possa ser eficaz, não é suficiente divulgar o partido em si, os seus princípios e valores ou a sua forma de funcionamento deliberativa e aberta. Apesar de ser um valor acrescido e diferenciador, o que preocupa as pessoas são os desafios que enfrentam no seu dia-a-dia, os desafios de Portugal a médio prazo e os desafios europeus e mundiais a longo prazo.

O LIVRE e os nossos valores são mais eficazmente divulgados através de propostas e medidas concretas que devemos apresentar ao cidadão comum para ilustrar esses mesmos valores.

Podemos pegar no exemplo da petição pela retribuição mínima horária garantida como uma possibilidade. Esta petição, que pretende estabelecer um limiar mínimo na remuneração dos trabalhadores independentes, demonstra que o LIVRE é um partido aberto às novas formas de trabalho, mas cioso da necessária proteção dos trabalhadores ou prestadores de serviços.

É essencial que estas “*signature policies*” sejam facilmente compreendidas por qualquer cidadão médio e também que sejam radicais e inovadoras o suficiente para não serem cooptadas por outras forças políticas com maior capacidade comunicacional.

Criar uma rede local de ativistas

O LIVRE, como é aliás comum em todos os partidos recentes, tem a sua principal base de apoio na Área Metropolitana de Lisboa. É necessário trabalhar para continuar a aumentar e reforçar esta base de apoio, criando sinergias com a atividade dos Deputados Municipais do LIVRE na Assembleia Municipal de Lisboa, com os representantes do LIVRE nas Assembleias de Freguesia da Estrela e do Areeiro e com o grupo de ativistas que participou na candidatura “Menos de Mesmo - LIVRE Oeiras 2017” e expandir novas redes noutros municípios da Grande Lisboa como Sintra, Cascais, Loures, Amadora e Vila Franca de Xira.

Porém é também fundamental estender a ação e influência do LIVRE por todo o território.

Principalmente nas grandes cidades e capitais de distrito onde já temos membros, é necessário motivar esses membros e apoiantes para o difícil mas necessário trabalho de criar núcleos locais e redes locais de ativistas que trabalhem na divulgação do LIVRE e das nossas propostas.

É necessário que seja feito um acompanhamento deste trabalho a nível nacional e é preciso também fornecer aos membros mais inexperientes orientações e sugestões de ações a tomar para a divulgação do LIVRE.

Reestruturar as formas de participação dos membros e apoiantes

A participação e abertura é um dos princípios estruturantes da organização do LIVRE, profundamente enraizado no nosso pilar libertário.

O LIVRE depende integralmente do trabalho voluntário dos seus membros e apoiantes, e dos seus donativos e quotas para se financiar. Maior participação dos membros resultará, logicamente, em maior capacidade e eficácia na nossa ação.

A experiência dos últimos quatro anos, no entanto, ensina-nos que a vontade de participação dos membros e apoiantes não tem sido aproveitada e potenciada da melhor forma.

A energia gasta em longas discussões procedimentais e burocráticas dentro e fora dos órgãos do LIVRE desgastam e erodem a motivação para a participação nesses mesmos órgãos e no partido em geral.

As regras de funcionamento do LIVRE devem, sempre que possível, ser claras e simples. Os órgãos, em especial a Assembleia, cujas reuniões são por regra públicas, devem privilegiar a promoção do debate político e do projeto político do LIVRE.

O próximo Grupo de Contacto deve, em articulação com a próxima Assembleia e a sua coordenação, promover esta alteração na cultura interna. Uma possibilidade de o fazer é através da organização de “Assembleias temáticas” nas quais, após a matéria da “Ordem do Dia”, os membros da Assembleia possam debater temas específicos, divulgados previamente.

Os membros e apoiantes devem ser envolvidos nas mais importantes decisões do LIVRE nos próximos dois anos, desde logo quaisquer decisões relativas a convergências políticas ou na definição de “*signature policies*”.

As primárias abertas a organizar devem estar sujeitas a estritos critérios de controlo da sua qualidade e de verdadeira concorrência democrática. Em especial no caso das primárias para escolha dos candidatos às eleições legislativas deve ser encontrada uma fórmula que garanta que nos distritos menos populosos e onde a experiência de 2015 demonstrou que a escolha dos candidatos esteve várias vezes a cargo de um reduzido número de pessoas, tal não se repete.

Neste caso o processo poderá passar pela aglutinação de círculos eleitorais para efeitos das primárias ou pela realização de Assembleia regionais que procedam à escolha e seriação dos candidatos, mantendo sempre o princípio base de abertura na aceitação de candidaturas e de escolha democrática dos candidatos.

É essencial também uma reorientação dos Círculos Temáticos. Estas estruturas, totalmente autónomas dos órgãos do partido, funcionarão, em teoria, como gabinetes de estudo ou “*think tanks*”.

No entanto, a experiência demonstrou que, tanto a sua abrangência demasiado grande como a falta de objetivos concretos que permitam aos membros dedicar o seu tempo na certeza de estarem a contribuir para o trabalho do LIVRE, levaram a uma atividade reduzida dos Círculos, que importa retomar.

Uma proposta de solução passa, por um lado, pela orientação da lógica associada aos Círculos. Em vez de grandes estruturas que se mantêm imutáveis, os Círculos Temáticos deverão passar a ter objetivos específicos e concretos, e a ser criados *ad hoc* pela Assembleia, mediante as necessidades. Findo o objetivo inicialmente definido poderão extinguir-se, e os seus membros integrar outros Círculos ou explorar novas matérias, ou optar por manter a atividade, aprofundando o tema definido inicialmente.

Esta proposta resulta da positiva experiência de construção do programa geral das autárquicas, em que esta lógica funcionou, na forma de “grupos de produção de conteúdos” concretos. Desta forma os Círculos poderão ser usados para investigar e propor novas petições sobre temas específicos ou a elaboração de “*white papers*” ou “livros brancos” que ajudem o LIVRE a tomar posição em temas em que ainda nenhuma posição foi definida.

Os Círculos Temáticos deverão manter a sua vocação inicial de serem simultaneamente locais de trabalho dos especialistas, de aprendizagem daqueles que desejam aprofundar os conhecimentos de determinadas matérias.

Estratégia eleitoral para 2019

A procura de consensos e de convergências com outros progressistas faz parte da própria matriz ideológica do LIVRE. Em 2014 e 2015, quando o tema era tabu à esquerda, tivemos a coragem de avançar com essa proposta “radical”: que a esquerda se deveria entender para governar, evitando assim um desastroso bloco central ou um novo governo de direita. Na nossa própria ação seguimos esse princípio e por isso embarcamos de corpo e alma na candidatura cidadã “LIVRE/ Tempo de Avançar”. Continuamos hoje convictos da necessidade de continuar a procurar consensos e a construir pontes com aqueles que nos estão próximos e, dessa forma, potenciar o crescimento eleitoral do espaço político que queremos representar.

Na estratégia eleitoral do LIVRE para 2019 teremos tudo isto em atenção. Os progressistas sabem que juntos são mais fortes, devendo o LIVRE procurar convergências nas áreas da ecologia e Europa, em que a convergência claramente escasseia. Procuraremos assim construir em torno do LIVRE um amplo movimento social que responda a esta necessidade e que salvguarde a nossa identidade e os nossos valores.

As primeiras eleições em 2019 serão para o Parlamento Europeu. Europeístas por natureza e convicção, encaramos as europeias como eleições com dignidade e relevância próprias, ao contrário dos outros partidos que sistematicamente as encaram como uma primeira volta das eleições legislativas.

Em 2019 a tendência para tal erro será ainda maior, com escassos meses a separar os dois sufrágios. As europeias serão entre março e junho e por isso será fundamental começar a preparação do trabalho com antecedência. O próximo Grupo de Contacto deve estar atento e acompanhar o debate feito nas instituições europeias sobre propostas inovadoras como é o caso das listas transnacionais. Sempre que possível o LIVRE deve liderar em Portugal a apresentação dessas e de outras propostas e

marcar o debate nacional com as suas posições. No entanto é fundamental que o LIVRE não se isole na preparação do ato eleitoral e da campanha. Devemos ter a capacidade de reunir à nossa volta aqueles que, no eixo progressista do espectro político, consideram fundamental uma democratização da União Europeia e um relançamento deste projeto político, social e económico.

A nossa fasquia deve estar, como desde a fundação do LIVRE, na vontade de conquistar representação política no Parlamento Europeu, não esquecendo que em 2019 um bom resultado nas europeias significará uma militância e uma rede de voluntários com um maior ânimo e fôlego para o desafio das legislativas, poucos meses mais tarde.

As eleições para a Assembleia da República serão em setembro ou outubro de 2019. Para o sucesso do LIVRE nestas eleições é essencial que haja uma grande mobilização, tanto para as candidaturas e formação das listas, como para a participação na campanha eleitoral. Esta campanha deve assentar na consolidação de uma estratégia eleitoral bem definida e em trabalho muito direcionado, evitando a dispersão de esforços e recursos. Conhecendo as dificuldades impostas à participação de partidos sem representação na AR nos principais debates transmitidos nos meios de comunicação, será necessário desenvolver formas de comunicação das nossas propostas que sejam imaginativas e criativas e que consigam ganhar espaço e canais de transmissão mais alargados.

As eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira serão também em outubro de 2019, podendo até coincidir em data com as eleições nacionais. Estas eleições são uma oportunidade para, caso haja localmente mobilização e vontade, criar um polo ecologista e de esquerda no arquipélago, à semelhança do que já hoje existe nos Açores. As eleições regionais, em territórios tão delimitados mas com um enorme potencial, permitem um arrojo nas ideias e nas campanhas, ajudando à consolidação daquilo que defendemos.

Uma Esquerda Verde para construir o Futuro

Estando no meio da esquerda e sendo um partido recente, fundado em 2014, a abertura do LIVRE à participação dos cidadãos e à procura de convergência entre forças progressistas foi, e continua a ser, um dado novo na política portuguesa. Apesar desta abertura, o LIVRE tem um projeto próprio e ocupa um espaço político único, com uma visão cosmopolita, ecológica e libertária, e não vira as costas ao futuro, preparando-se para enfrentar os desafios do século XXI.